

INTER-LEGERE

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Andréa Osório

Flávio Sarandy

A formulação das Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNC) trouxe novas preocupações ao campo das disciplinas escolares, entre elas a Sociologia. No meio do tumulto político e econômico de 2016, seu debate terminou em segundo plano para muitos profissionais, docentes e pesquisadores das Ciências Sociais. O presente dossiê foi organizado tendo em vista as contribuições trazidas pelo documento e as propostas que esperamos ser concretizadas no futuro. Nem todos os artigos dialogam diretamente com as BNC, mas todos em conjunto buscam caminhos para se pensar o ensino de Sociologia hoje.

Reunimos aqui contribuições diversas orientadas para uma análise sobre o que (não) ensinamos, como (não) ensinamos e como fomos ensinados a (não) ensinar. Algumas abordam o que poderíamos denominar “temas de fronteira”: margens e interditos dos documentos orientadores da educação nacional ou, mais propriamente, temáticas que têm sido recorrentemente secundarizadas nas seções de Sociologia desses próprios documentos. Outras trazem elementos mais constantes no campo do ensino de Sociologia, como aspectos relacionados à própria formação do campo e ao desenvolvimento da prática docente. Como pano de fundo, ouve-se o eco de uma mesma pergunta: o que desejamos que seja a Sociologia no ensino básico? Os artigos deste dossiê não pretendem responder diretamente a essa pergunta, que apenas a conjunção entre sociedade, escola e universidade poderia discutir, mas contribuem para que pensemos sobre ela.

Geração, raça, gênero, memória, patrimônio, religião, natureza e cultura são temas abordados por diversos autores que indicam lacunas, silêncios e tabus no tratamento de certas questões no ensino de Sociologia, advenham essas ausências dos documentos oficiais, dos livros didáticos ou da prática docente. Apontam para uma necessidade urgente de atualização não apenas do currículo oficial, mas também das práticas pedagógicas, de modo a abrir espaço para um *saber-fazer* sociológico e não apenas um *saber* científico. Chama atenção a profusão de

contribuições que recebemos de antropólogos, indicando não apenas uma recente preocupação da Antropologia com o ensino das Ciências Sociais, como também uma interação, nas licenciaturas, entre sociólogos e antropólogos.

Outra parte do conjunto dos textos ora apresentados reflete sobre o perfil do docente de Sociologia, o que desejamos que ele faça e o que o ensinamos a fazer. Esse conjunto conta com uma abordagem mais classicamente sociológica, perpassando questões históricas da disciplina e as contradições atuais que geraram. A escola e a universidade são tratadas separadamente, contudo vale lembrar que essa separação burocraticamente construída é permeada por fluxos na medida em que a universidade, através das licenciaturas, forma professores para a educação básica, ao passo que, nas pós-graduações, ensaia sua própria reprodução. Assim, como corolário, tais textos nos remetem ao necessário diálogo entre ambas, graduações e pós-graduações, educação básica e superior, se quisermos entender os modos pelos quais formamos e somos formados como cientistas sociais, docentes e pesquisadores, os modos pelos quais nos vemos e somos vistos.

Em *Imaginação sociológica e velhice: desconstruindo os clichês em sala de aula*, Carlos Eugênio de Lemos nos brinda com resultados acumulados em pesquisas e projetos destinados à formação docente relacionados ao tema do envelhecimento, a partir dos quais reconhecemos a dificuldade que um currículo organizado em bases abstratas de competências como objetivos de aprendizagem oferece para a formação intelectual e política ampla, pois que a temática discutida nos impõe repor nosso próprio desempenho, pertença e participação em estruturas sociais e representações que conformam desigualdades e violências simbólicas.

No texto *Ensino de Sociologia antirracista: reflexões sobre a formação docente*, Eliane Cruz, Luiz Fernandes de Oliveira e Mônica Lins discorrem acerca da temática que nos faz reconhecer o sentido atribuído a um mesmo tempo científico e político da prática docente, ainda que uma noção difusa de pureza científica permita um deslocamento da formação docente da agenda pública. Os autores argumentam que as questões de decolonização epistêmica, política e identitária, propiciadas por uma formação docente para a educação antirracista, possibilitam abrir “a reflexão sobre a relação entre formação docente em Sociologia e interculturalidade na educação, qual seja: há que se pensar que os processos de formação docente, à luz desse novo cenário

de emergência da discussão racial, podem tomar um rumo em que os professores serão requisitados a tomar posição e ter como elemento formativo a competência de saber se situar nas tensas relações conflituais e desiguais que caracterizam as discussões raciais no Brasil, não como um simples aspecto de conteúdo a mais nos programas curriculares, mas como fundamentos formativos que concebem a profissionalidade docente”.

Em *Uma palavra sobre o silêncio: conteúdos de gênero para Sociologia nos PCN, OCN e BNC*, Andréa Osório e Flávio Sarandy analisam os documentos principais que orientam a educação nacional a partir de um recorte específico: a questão de gênero e como é tratada conceitualmente por esses documentos. A conclusão a que chegam é a de que, “embora o conceito não esteja totalmente ausente, ele parece incorporar, em todos os documentos, menos uma preocupação teórico-metodológica do que uma espécie de dado reificado da realidade: o de que homens e mulheres são diferentes, sem questionar essa afirmação nem as bases nas quais ela é efetuada”. A questão aqui, mais uma vez, é como incorporar ao currículo e à prática docente um debate multidisciplinar teoricamente rico e politicamente urgente. A questão, ainda não respondida, mas que o texto sugere, é como explicar essa ausência nos documentos referidos.

Envelhecimento, raça e gênero não são, como tantos outros processos, necessariamente biológicos. Marcadores sociais da diferença, são classificações cultural e socialmente constituídas sobre bases biológicas ou não. Quem, quando e onde somos velhos? Como somos classificados racialmente? Que performances esperam de nós quando somos enquadrados em categorias binárias de sexo? Esses elementos, aparentemente relacionados a processos biológicos, abrem caminho para que pensemos sobre uma pretensa oposição entre natureza e cultura e como ela tem sido tratada na escola brasileira.

No texto *Natureza ou cultura na formação escolar brasileira*, Eliane Rapchan e Fagner Carniel problematizam a construção das biociências e das humanidades enquanto domínios disciplinares antagônicos na escolarização contemporânea. Trazendo para o âmbito do debate educacional curricular reflexões oriundas de um campo emergente da pesquisa científica e bastante promissor por debruçar-se sobre os fundamentos da Teoria Social, os autores observam que algumas práticas escolares do ensino em Sociologia acabam por naturalizar o social. Assim, o “problema é que o modo como a sociologia escolar realiza tal tarefa, em vez de contribuir para fomentar uma visão

mais politizada sobre as ciências da vida, acaba reproduzindo as bases de um pensamento que separa e distribui o conhecimento em domínios distintos do real: um político, destinado às humanidades; e outro natural, direcionado às biociências”. Não poderíamos esboçar melhor a direção que tomam as reflexões dos autores do que eles próprios: “no momento em que nossas atenções se voltam para a construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNC), que promete assegurar direitos à aprendizagem de conhecimentos tidos como fundamentais para a formação escolar, qual é o compromisso efetivo que estamos tendo com as trajetórias estudantis que reagem aos fundamentos supostos para a educação básica? A ênfase exclusiva no dualismo moderno que opõe e hierarquiza os campos disciplinares das humanidades e das biociências realmente seria a “melhor” forma de se ensinar a pensar e descrever o mundo onde vivemos? Por que não abrir terreno nos currículos escolares e apresentar instrumentos conceituais eficazes para que as futuras gerações participem da revisão de paradigmas em curso na produção contemporânea do conhecimento?”. O texto é um convite irrecusável aos cientistas sociais para maior envolvimento no debate curricular em curso.

Andréa Paiva e Geovana Tabachi e Silva expõem outras lacunas presentes nas formas como ensinamos Sociologia hoje através de reflexões sobre práticas pedagógicas e estratégias de ensino. Andréa Paiva, em *Dinâmicas do sagrado: falando de religião no ensino de Sociologia*, apresenta-nos reflexões acerca de um tema naturalizado, às vezes tabu, em sala de aula. Propõe pensar como a religião pode contribuir para reflexões a respeito do ensino de Sociologia, quando trabalhada como atividade interlocutora dessa ação, levando em conta as observações das categorias de pensamento. Partindo de sua experiência docente na educação básica e de pesquisas realizadas como parte de seu trabalho docente na licenciatura, a autora nos leva a reconhecer a centralidade do tema em escolas de muitas comunidades brasileiras e como a questão da religiosidade emerge de modo recorrente nas aulas de Sociologia. Como alerta Paiva, “não enfrentar o desafio de falar sobre religião em sala de aula é não problematizar a *imaginação sociológica* proposta enquanto instrumento de percepção sociológica. Nesse sentido, cabe ao professor de Sociologia a capacidade de análise sobre as vivências cotidianas, as relações entre elas e as situações complexas que condicionam, limitam e explicam a vida social”.

Geovana Tabachi e Silva, em *A memória como promessa: experiências da formação de professores para o ensino de Sociologia*, desafia os leitores, sobretudo discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e futuros professores de Sociologia, a exercitarem a *imaginação sociológica*, tendo em vista a variedade de experiências que o ensino de Sociologia pode proporcionar. Utiliza como instrumento para as suas reflexões as noções de memória e patrimônio cultural enquanto categorias circunstanciais. Assumindo a cidade como patrimônio e partindo das memórias de escola, Tabachi e Silva desenvolveu inúmeras experiências de pesquisa-ensino-aprendizagem em que as professoras e os professores em formação viram-se confrontados com saberes não dados à imediaticidade da leitura de textos ou da aula proferida. Tomamos de empréstimo a sua conclusão: “é possível afirmar que as experiências desenvolvidas no curso de licenciatura propuseram maior e melhor conhecimento do campo das Ciências Sociais e o exercício sociológico da criatividade e da imaginação através da prática educativa, à medida que tomaram a memória como campo de discursos e saberes profícuo, que estimula pensar através do lúdico e do cotidiano”. Trata-se de um estímulo real ao pensamento, pois é impossível não perguntarmos, após a leitura do texto, em que medida pode a formulação abstrata de competências (como qualidades ou capacidades vagamente relacionadas a conteúdos legitimados pelo campo acadêmico) orientar a ação pedagógica para a imaginação sociológica, sobretudo com base nas memórias e narrativas compartilhadas por uma comunidade?

No texto *Ensino de Sociologia e Educação Popular: problematizando a escola pública*, Thiago Ingrassia nos desafia a recuperar os princípios da educação popular para a construção de uma escola pública e popular, o que implica compromisso político que necessariamente perpassa disputar o debate sobre currículo na atual reforma educacional, dada pelas novas contribuições trazidas pelas BCN. Para a tarefa, sugere resgatarmos o pensamento freiriano, mas ressalta que a atual reforma curricular, caso não enfrente os temas do financiamento da educação, das condições de trabalho nas escolas e da formação e valorização do professorado, tenderá a ser mais uma peça burocrática a ser executada nas escolas.

Com *A formação do professor de Sociologia do ensino médio: um estudo sobre o curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo*, Cassiana Takagi apresenta uma análise dos cursos de bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais na USP e

aponta os problemas decorrentes de uma formação que pouco se alterou desde a fundação dessa universidade. Assumindo o conhecimento curricular como resultado da luta social em contexto de distribuição desigual de riqueza e poder, a autora chega a uma conclusão perturbadora: “o processo educacional vivido no curso produz tamanha adequação social que, ao ingressar, o aluno vive momentos de conflito, especialmente pelas dificuldades de acompanhá-lo, mas, ao longo do curso, ele assume que o conhecimento é mais relevante do que o exercício profissional. O licenciando acaba por assumir ‘papéis e atitudes dos outros’, ou seja, ele concorda com o projeto da *intelligentsia* de que os ‘altos estudos’ definem o sociólogo, mas nem sempre coordena esse papel com o de docente. Além disso, com o parco tempo destinado à licenciatura, por causa do número reduzido de disciplinas desta e do excessivo número do bacharelado, não consegue problematizar a docência em Ciências Sociais para dialogar com a formação do bacharel. Ao final, o licenciado em Ciências Sociais assume como seu o mundo das elites, de acordo com as intenções reveladas no currículo, e o mais preocupante: é possível que ele reproduza essa concepção na educação básica”.

Cristiano das Neves Bodart e Roniel Sampaio Silva, em *O perfil do professor brasileiro de Sociologia do ensino médio e sua percepção da condição docente*, pretendem contribuir para a compreensão do perfil do professor de Sociologia do ensino médio, assim como identificam elementos das suas condições de prática docente. Dentre os resultados, destacam as dificuldades no uso de recursos didáticos, a desvalorização da disciplina e a falta de professores licenciados em Ciências Sociais/Sociologia em número suficiente, apesar do crescente número de graduados na área – algo que talvez merecesse uma reflexão sobre as condições do exercício do magistério, dado que em outras disciplinas também se tem observado a pequena procura por concursos públicos para o magistério e o fenômeno do abandono da carreira docente. A contribuição dos autores, ao identificarem como desafio principal a formação docente, obriga-nos ao debate e à investigação empírica acerca das licenciaturas na área para que se lance luz sobre o descompasso entre a formação oferecida e as exigências da prática pedagógica em contexto real, nas escolas.

Em *Ensino de Sociologia: o papel das graduações e pós-graduações*, Tânia Magno põe em relevo importante discussão sobre o lugar da universidade na formação docente. Após constatar as ausências que têm constituído o lugar de formação do

professor da disciplina na educação básica, bem como o desconcertante e injustificado desconhecimento que nos atinge a respeito do professor que atua no ensino médio e da produção dos próprios colegas das licenciaturas das universidades, a autora conclui que “é preciso que as universidades assumam também o compromisso de participar dessas discussões que devem envolver não apenas o corpo docente, mas também os futuros professores, portanto, os alunos das licenciaturas e os atuais docentes que estão nas salas de aulas de todo o país. Chega de medidas autoritárias de cima para baixo, balizadas por intelectuais de plantão a serviço dos Governos. Faz-se necessário que esse tema e outros estejam presentes no dia a dia da vida universitária, somente assim podemos pensar numa reforma educacional. Esse é um tema que diz respeito aos cursos de graduação e de pós-graduação”. O texto é, sem dúvida, um alerta para o papel fundamental da universidade no processo da reforma da educação, destacando-se ainda a observação de responsabilidades negligenciadas e de práticas, as quais, se próprias da institucionalização de um novo “campo” – do Ensino da Sociologia –, também têm contribuído para sua reinvenção ao aceitarem a submissão à lógica produtivista das agências governamentais, a reprodução do “congressismo” estéril e sem efeitos transformadores, a naturalização das lutas por hierarquizações, a seletividade que distingue quem pensa e quem faz em termos de ensino da disciplina e a recusa ao debate das questões mais urgentes da agenda pública nacional.

Por último, o advogado Julio Faro expõe uma consulta efetuada pela Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS) sobre a normatização do tempo mínimo da Sociologia nacionalmente. Entre 2015 e 2016, a necessidade de que nenhuma disciplina escolar fosse lecionada em período inferior a dois tempos de aula movimentou o debate público entre professores de Sociologia da educação básica em diversos estados brasileiros. O parecer emitido pelo autor sugere a competência federal para dirimir imposições estaduais que reduziram ou desejavam reduzir disciplinas a um tempo semanal. Retomamos, aqui, uma longa disputa no campo do ensino de Sociologia: a intermitência da disciplina. Cabe a nós, hoje, como no passado, lutar pela consolidação de uma área de saber no ensino básico.

O dossiê que damos a conhecer ao público permite múltiplas entradas de leitura e discussão. Poderá ser entendido como um olhar sobre o estatuto epistemológico e político de certos temas no currículo e na prática docente, como uma reflexão acerca da

INTER-LEGERE

APRESENTAÇÃO

formação dos professores ou prestar-se a um olhar a respeito das representações sociais. A cada leitor sua aventura. Registramos, por último, porém não menos importante, nosso mais sincero agradecimento aos autores e à editora da *Revista Inter-Legere*, professora Ana Laudelina Ferreira Gomes (UFRN), pelo convite aos organizadores.